Capítulo VII — Prelúdios da execução

> **Sumário.** Ano, dia e hora da execução. — Numerosas passagens dos Padres e dos historiadores, entre outros: Tertuliano, santo Agostinho, são Crisóstomo, Petávio, Mariana, Barônio. — Lugar onde foi proferida a sentença: o Pretório. — O que era o Pretório: descrição. — Condução dos condenados ao lugar da execução. — Descrição da Via dolorosa. — A Porta judiciária. — Por que os antigos administravam a justiça à porta das cidades.

Era a sexta-feira, vinte e cinco de março, o ano trinta e quatro da era cristã e o décimo oitavo do reinado de Tibério, sob o consulado de Rubélio Gêmino e de Rufo Gêmino, entre a quinta e a sexta hora do dia, isto é, como vamos mostrar, entre onze horas e meio-dia. Tais são as datas precisas que a Escritura e os antigos Padres, mais bem situados do que nós para conhecer a época dos acontecimentos, atribuem à crucificação de Nosso Senhor e, por conseguinte, de Dimas.

> *A paixão — diz Tertuliano — ou, segundo a palavra do profeta, o extermínio do Senhor, deu-se durante as setenta e duas semanas de Daniel, sob Tibério César, sendo cônsules Rubélio Gêmino e Rufo Gêmino, no mês de março, no tempo da Páscoa, no oitavo dia das calendas de abril, primeiro dos Ázimos.*[1]

Santo Agostinho fala como Tertuliano.

> *Nosso Senhor padeceu, ninguém o contesta, no sexto dia antes do sábado. Por isso esse sexto dia é consagrado ao jejum. A tradição dos antigos, recebida pela autoridade da Igreja, ensina-nos que Nosso Senhor foi concebido a vinte e cinco de março e que padeceu no mesmo dia. Nosso Senhor morreu, portanto, sob o consulado dos dois Gêminos, a vinte e cinco de março.*[2]

Mesmo testemunho em são Crisóstomo.

>

> *Nosso Senhor — diz ele — padeceu a oito das calendas de abril, no mês de março, que é o dia da Páscoa da Paixão do Senhor e de sua concepção; pois morreu no mesmo dia em que foi concebido.*[3]

Resumindo a antiga tradição, em favor da qual seria fácil citar outras testemunhas, Beda se exprime assim:

> *Nosso Senhor foi crucificado e sepultado na sexta-feira. Que tenha sido crucificado a oito das calendas de abril e ressuscitado a seis, é sentimento que se tornou vulgar pela autoridade de grande número de doutores da Igreja.*[4]

Terminemos acrescentando que essa data foi inscrita no Martirológio romano e é de tal modo respeitada na Igreja que Roger Bacon, no fim do século XIII, e Afonso Tostado, no século seguinte, tendo-se permitido contestá-la, foram severamente repreendidos pela autoridade competente.[5] A essa venerável tradição, vários quiseram opor certas tábuas astronômicas. Em suas *Regras sobre o uso da crítica*, o douto Honorato de Santa Maria mostrou que essas tábuas não concordavam entre si. Depois de examiná-las cuidadosamente, o P. Petávio não as acha mais exatas.[6]

Passemos à hora da crucificação. Sabe-se que os judeus dividiam o dia e a noite em quatro partes iguais, chamadas horas. Cada hora judaica equivalia a três das nossas. As horas do dia tinham nomes que a Igreja, em memória das diferentes cenas da Paixão, conserva religiosamente no ofício divino. A primeira, chamada prima, *prima*, datava do nascer do sol. Visto que estamos no equinócio da primavera, tinha ela, no dia da morte de Dimas, começado às seis horas. A segunda, chamada terça, *tertia*, durava das nove horas ao meio-dia. A terceira, chamada sexta, *sexta*, do meio-dia às três horas. A quarta, chamada noa, *nona*, das três horas da tarde às seis.

O bom ladrão foi crucificado ao mesmo tempo que Nosso Senhor, mas aqui se apresenta uma dificuldade. São Marcos diz que Jesus foi crucificado na terceira hora: *«Era pois a hora de terça: tempo em que elles o crucificarão.»*[7] Por seu lado, são João, testemunha ocular, escreve:

> *Era então o dia da preparação da Pascoa, quasi a hora sexta, e disse Pilatos aos Judeos: Eis-aqui o vosso Rei. Mas elles dizião a gritos: Tira-o, tira-o, crucifica-o... Então porém lho entregou para que fosse crucificado. E elles tomárão a Jesus, e o tirárão para fora.*[8]

Não custa conciliar os evangelistas e mostrar que ambos dizem a exata verdade. Com são Marcos, os Padres da Igreja afirmam que Nosso Senhor e seus companheiros foram presos à cruz perto do fim da terceira hora, isto é, um pouco antes do meio-dia; e, com são João, perto do começo da sexta hora. Em outros termos, a crucificação teve lugar no momento preciso que unia o fim da terceira hora ao começo da sexta.

> *À sexta hora — dizem as Constituições apostólicas — prenderam-no à cruz; à terceira obtiveram a sentença que o condenava.*[9]

A sentença da crucificação, proferida durante a terceira hora, era a crucificação em princípio, cuja execução se deu no fim dessa mesma hora e no começo da seguinte.

> *Assim — continua santo Inácio de Antioquia —, na véspera da Páscoa, à terceira hora, Pilatos condenou Jesus com a permissão do Pai eterno, e à sexta foi crucificado.*[10]

Conhecemos a hora da sentença: entre onze horas e meio-dia. Qual foi o lugar? A sentença de morte de Nosso Senhor e de seus dois companheiros de suplício foi proferida no Pretório de Pilatos. Que era esse lugar, tornado tão tristemente e tão gloriosamente célebre? Chamava-se Pretório o palácio do Pretor. Entre os romanos, o Pretor era um magistrado encarregado de administrar a justiça. Como os grandes magistrados, civis e militares, enviados em missão estavam revestidos do poder judiciário, chamavam-nos também Pretores, e à sua habitação, Pretório.[11]

Em residência, o Pretório propriamente dito era uma sala do palácio pretorial, onde o magistrado administrava a justiça. Em campanha, era a própria tenda do general que se tornava o Pretório. A fim de inspirar maior respeito pela dignidade e pela autoridade dos chefes, colocava-se essa tenda no lugar mais próprio para descobrir todo o acampamento, e no meio de uma praça quadrada, cujos lados distavam cem pés da tenda. As tendas destinadas à guarda do general erguiam-se nos quatro cantos da praça. Quando o general queria dar a ordem de combate, arvorava-se um estandarte vermelho no alto de sua tenda, de onde todos os soldados podiam avistá-lo. Era também nessa tenda que os oficiais se reuniam para receber as suas ordens, e que ele mesmo, sentado num estrado circular, administrava a justiça.

Em Jerusalém, o Pretório de Pilatos era o antigo palácio do rei Herodes I. Esse palácio ficava ao pé do rochedo sobre o qual se erguia a torre ou fortaleza Antônia. Ainda hoje se veem os seus restos, e o palácio foi transformado em quartel turco. À semelhança dos pretórios militares, bem perto dali, sob o pórtico situado a oeste e que tinha vista para o monte Calvário, estava a guarda romana. Estava ordinariamente estabelecida no andar térreo do Pretório, onde se encerravam os prisioneiros. A praça situada diante do palácio era pavimentada com mosaico, segundo o luxo daquele tempo: luxo tão difundido então que César, até nos acampamentos, mandava pavimentar com mosaico o lugar em que colocava o seu tribunal.

Era nessa praça que estavam os sacerdotes, os anciãos e todo o povo, pedindo a morte de Nosso Senhor. Uma arcada, formando estrado ou pórtico, contígua ao palácio e vizinha da praça, foi o lugar de onde Pilatos mostrou o Homem-Deus flagelado, dizendo: «*Eis-aqui o homem*», *Ecce homo*.

Que consolação para o cristão pensar que essa arcada, meio arruinada, foi comprada em nossos dias pelas Religiosas de Sião; e que, na igreja onde esse venerável monumento está encerrado, as

filhas de Israel oferecem as suas preces e lágrimas para expiar o crime de seus pais e obter a conversão de seus irmãos!

Passava das onze horas quando Pilatos tentou um último meio de salvar o Justo. Em memória de sua libertação do Egito, os judeus tinham conservado o costume de dar, nas festas da Páscoa, a liberdade a um criminoso. Pilatos não lhes propôs nem Dimas nem o seu companheiro, aparentemente porque não eram bastante odiosos ao povo. Mas nomeou-lhes Barrabás, esperando sem dúvida que não ousariam preferi-lo a Jesus. Vã esperança!

Aqui entramos na série dos profundos mistérios que se vão suceder até a morte de Nosso Senhor e de seus dois companheiros. Dois homens estão em presença: o novo Adão, todo coberto de chagas; o velho Adão, todo coberto de crimes; o novo Adão representado pelo Homem-Deus, que se deixa condenar para salvar o velho Adão; Barrabás representando o velho Adão e salvo pela condenação do novo. Assim como o Justo por excelência personifica toda a humanidade regenerada, o grande celerado personifica a humanidade degradada, e, havia quatro mil anos, culpada de sedição, de assassínio e de roubo.

Mal proferida, a condenação do Justo abre a Barrabás as portas de sua prisão. Assim, a morte do novo Adão vai tirar a humanidade inteira da prisão tenebrosa em que languescia havia tantos séculos e introduzi-la na liberdade dos filhos de Deus. Esse instante é o mais solene da história e o mais fecundo em resultados para o passado e para o futuro.[12]

Uma vez substituído o culpado pelo Justo, tiram-se de sua prisão os dois ladrões e reúnem-nos ao Filho de Deus. Os três são carregados com sua cruz. Jesus está coberto com a sua túnica sem costura; os ladrões estão nus. Uma multidão imensa, ávida, ofegante, frêmita, comprime-se na praça do Pretório e atulha a rua que os condenados devem percorrer. Toda a coorte romana, cerca de mil e duzentos homens, mal basta para contê-la. O sinal de partida foi dado por volta das onze e meia, pois a execução se deu ao meio-dia; e do Pretório ao Calvário contam-se pouco mais de um quilômetro. É o espaço que se chama, com justa razão, a Via dolorosa.

O cortejo passou sob a arcada de cujo alto Nosso Senhor fora mostrado ao povo. A rua em que ela se encontra, longa de cerca de duzentos passos, é em declive e desce até o encontro da que vem da porta de Damasco, outrora de Efraim. À esquerda, descendo, achava-se a Santíssima Virgem, que, durante aquela cruel manhã, se mantivera nos arredores do Pretório. Querendo ver seu filho pela última vez, colocou-se em sua passagem e, ao vê-lo, caiu desfalecida.

Ao sair dessa rua, os condenados passaram diante da casa do rico mau de que fala o Evangelho e entraram numa nova rua, reta e bastante íngreme. Mais ou menos no meio, à esquerda, ficava a casa de santa Verônica. Foi ali que a corajosa e santa mulher, atravessando a fileira de soldados que bordejava a rua, veio enxugar com um pano, tornado imortal, o rosto do Salvador.

Dimas e seu companheiro foram testemunhas desse ato heroico. Que devem ter pensado de seu companheiro de suplício, objeto de tão ardente amor? Sobretudo, qual não deve ter sido o seu espanto quando o viram, calmo e doce, voltar-se para a multidão de gente do povo e de mulheres que o seguiam chorando e dizer-lhes:

> *Filhas de Jerusalém, não choreis sobre mim, mas chorai sobre vós mesmas, e sobre vossos filhos.*

Não é preciso, parece, grande penetração para reconhecer nesses fatos, dispostos pela Providência, outras tantas operações preparatórias da grande conversão que logo se ia consumar.

Na extremidade da rua achava-se a Porta judiciária, sob a qual os condenados deviam passar antes de chegar ao lugar do suplício. Ali terminava a cidade no tempo de Nosso Senhor. Ainda hoje é fácil reconhecer que havia ali uma antiga porta. Em todas as cidades da Judeia havia a Porta judiciária. Davam-lhe esse nome porque os anciãos ali administravam a justiça.

Eis o que diz o Deuteronômio:

> *Se hum homem tiver hum filho contumaz, e insolente, que não está pelo que seu pai e sua mãe lhe ordenão, e castigado recusar com desprezo obedecer-lhes: pegarão nelle, e o levarão aos anciãos d'aquelle cidade, e á porta onde se fazem os juízos, e lhes dirão: Este nosso filho he hum rebelde e contumaz, despreza ouvir as nossas admoestações, passa a vida em comezainas, e disoluções e banquetes: o povo da cidade o apedrejará, e elle morrerá, para que assim tireis o mal do meio de vós, e todo o Israel ouvindo-o o tema.*[13]

Por que os antigos tinham estabelecido os seus tribunais ou pretórios às portas das cidades? Dão-se várias razões. A primeira, para que os estrangeiros que entravam na cidade fossem tomados de respeito ao espetáculo da autoridade. Daí vem que, entre os judeus, a palavra porta era sinônimo de poder. Continua a sê-lo nesta frase, que muitos pronunciam sem a compreender: a Sublime Porta, para designar o poder turco.

Inútil acrescentar que o mais solene emprego dessa locução se encontra nas palavras divinas que constituem para a Igreja a carta de sua imortalidade:

> *Tambem eu te digo, que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra elle.*

A segunda razão era manter a tranquilidade no interior da cidade, cuja entrada era vedada aos litigantes antes de terem terminado os seus processos e se terem posto de acordo.[14]

Notas

[1] *Passio hujus exterminii intra tempora septuaginta hebdomadarum perfecta est, sub Tiberio Cæsare, coss. Rubellio Gemino et Rufio Gemino, mense Martio, temporibus Paschæ, die octavo Kalendarum aprilium, die prima azymorum.* («A paixão deste extermínio realizou-se dentro do tempo das setenta semanas, sob Tibério César, sendo cônsules Rubélio Gêmino e Rufo Gêmino, no mês de março, no tempo da Páscoa, no dia oitavo das calendas de abril, no primeiro dos ázimos.») Tertuliano, *Adv. Judæos*, cap. VIII, edição Pamélio *in-fólio*, p. 166. — Nos fastos consulares de Goltzius, o segundo cônsul é chamado C. Fúfio Gêmino.

[2] *Passus est Dominus, quod nullus ambigit, sexta Sabbati; quapropter et ipsa sexta jejunio deputatur.* («O Senhor padeceu, o que ninguém põe em dúvida, na sexta do sábado; por isso a própria sexta-feira é destinada ao jejum.») Epíst. XXXVI. *Sicut a majoribus traditum suscipiens Ecclesiæ custodit auctoritas, octavo Kalendas aprilis conceptus creditur, quo et passus.* («Como a autoridade da Igreja guarda recebendo-o dos antepassados, crê-se que foi concebido a oito das calendas de abril, dia em que também padeceu.») Liv. IV, *De Trinit.*, cap. V. — *Mortuus est ergo Christus duobus Geminis consulibus, octavo Kalendas aprilis.* («Cristo morreu, pois, sendo cônsules os dois Gêminos, a oito das calendas de abril.») *De civ. Dei*, liv. XVIII, cap. LIV, *Opp.*, t. VII, p. 866, edição Gaume; ver aí a nota do editor.

[3] *Crucifixus est Dominus noster octavo Kalendas aprilis mense Martio, qui est dies Pascha Passionis Domini, et conceptionis ejus; in qua enim die conceptus est, in eadem et passus est.* («Nosso Senhor foi crucificado a oito das calendas de abril, no mês de março, que é o dia da Páscoa da Paixão do Senhor e de sua concepção; pois no mesmo dia em que foi concebido, nesse mesmo padeceu.») Serm. *de S. Joan. Bapt.*

[4] *Sexta feria crucifixum et sepultum... quod autem octavo Kalendarum aprilium crucifixus sexto Kalendarum earumdem die resurrexit, multorum late doctorum ecclesiasticorum constat sententia vulgatum.* («Crucificado e sepultado na sexta-feira... que, porém, tenha sido crucificado a oito das calendas de abril e ressuscitado a seis das mesmas, consta divulgado amplamente pela sentença de muitos doutores eclesiásticos.») *De rat. Temp.*, cap. XLV.

[5] Ver Mariana, *De reb. Hispan.*, cap. XVI, 41.

[6] Dissert. I, art. 7. Depois acrescenta: *Desinant itaque chronologi in anno dieque Passionis eruendo mathematicorum calculis, noviluniorum, et pleniluniorum minutis ac scrupulosis ratiociniis sibi ac lectoribus suis negotium facere.* («Cessem, pois, os cronólogos de dar trabalho a si e a seus leitores, para apurar o ano e o dia da Paixão, com os cálculos dos matemáticos e as minuciosas e escrupulosas razões das luas novas e cheias.») *De doctr. temp.*, liv. XII, cap. XI. — Ver Barônio, ano 34, p. 153; Sepp, *Vida de N. S. J. C.*, t. II, p. 387 e segs.

[7] *Erat autem hora tertia et crucifixerunt eum.* («Era pois a hora de terça: tempo em que elles o crucificarão.») Mc 15, 25.

[8] *Erat autem parasceve Paschæ hora quasi sexta, et dixit: Ecce rex vester. Illi autem clamabant: Tolle, tolle, crucifige eum. Tunc ergo tradidit eis illum ut crucifigeretur. Susceperunt autem Jesum et eduxerunt.* Jo 19, 14-16.

[9] *Ligno crucis hora quidem sexta affixerunt, hora vero tertia sententiam contra eum pronuntiatam acceperunt.* («Prenderam-no ao lenho da cruz na hora sexta; na hora terça, porém, receberam a sentença proferida contra ele.») *Const. apost.*, liv. V, cap. XIII.

[10] *Die ego parasceves, hora tertia accepit sententiam a Pilato, permittente Patre; sexta vero crucifixus est.* («No dia da parasceve, à hora terça, recebeu a sentença de Pilatos, permitindo-o o Pai; à sexta, porém, foi crucificado.») *Epist. ad Trallens.*

[11] *Vel quod cæteros honore præirent, vel quod aliis præessent... Veteres omnem magistratum cui pareret exercitus, prætorem appellarunt. Unde et prætorium tabernaculum ejus dicitur.* («Ou porque precediam os demais em honra, ou porque presidiam a outros... Os antigos chamaram pretor a todo magistrado a quem obedecia o exército. Daí também se diz pretório a sua tenda.») Asconio, *Commentar.*

[12] Ver Sepp, t. II, cap. LIV.

[13] Dt 21, 18-21.

[14] *Mos veterum fuit ut seniores in porta consisterent, et causas introeuntium judicarent, quatenus tanto esset pacificus urbis populus, quando ad hanc discordes ingredi non liceret.* («Foi costume dos antigos que os anciãos se postassem à porta e julgassem as causas dos que entravam, de modo que tanto mais pacífico fosse o povo da cidade, quando não era lícito entrar nela os que estavam em discórdia.») S. Gregório, *Moral.*, XIX, 13.

Revision #1
Created 25 November 2026 00:39:50 by Admin
Updated 25 November 2026 00:39:50 by Admin